



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **12 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 13 de junho de 2011

O ESTADO DE SÃO PAULO BAHIA VIRA NOVO POLO DE MINERAÇÃO DO PAÍS VEICULAÇÃO NACIONAL	1
O ESTADO DE SÃO PAULO DESAFIOS DA AGENDA ECONÔMICA INTERNACIONAL VEICULAÇÃO NACIONAL	3
FOLHA DE SÃO PAULO MERCADO ABERTO VEICULAÇÃO NACIONAL	5
FOLHA DE SÃO PAULO É CEDO PARA CHEGAR A CONCLUSÕES SOBRE A SAÚDE DA ECONOMIA VEICULAÇÃO NACIONAL	7
FOLHA DE SÃO PAULO EUFORIA ECONÔMICA NA AMÉRICA LATINA PARECE LONGE DO FIM VEICULAÇÃO NACIONAL	8
FOLHA DE SÃO PAULO NA CHINA, DIFICULDADE DO GOVERNO É DESAQUECIMENTO DA ECONOMIA VEICULAÇÃO NACIONAL	9
FOLHA DE SÃO PAULO Emergente Indonésia necessita de reparos VEICULAÇÃO NACIONAL	10
VALOR ECONÔMICO META DE INFLAÇÃO MENOR JÁ PARA 2013 DIVIDE ECONOMISTAS VEICULAÇÃO NACIONAL	11
VALOR ECONÔMICO BRASILEIRO GASTA 51% MAIS NO EXTERIOR VEICULAÇÃO NACIONAL	13
VALOR ECONÔMICO OBAMA PRETENDE CRIAR BANCO SEMELHANTE AO BNDES VEICULAÇÃO NACIONAL	14
VALOR ECONÔMICO LACERDA ARTICULA PARA MANTER PT NA CHAPA COM TROCA DE VICE VEICULAÇÃO NACIONAL	15
O GLOBO GEORGE VIDOR VEICULAÇÃO NACIONAL	16

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO BAHIA VIRA NOVO POLO DE MINERAÇÃO DO PAÍS		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Os investimentos em novas minas já anunciados no Estado chegam a R\$ 10 bilhões nos próximos três anos, mas podem alcançar o dobro

13 de junho de 2011 | 0h 00

Tiago Décimo - O Estado de S.Paulo

Ferro, níquel, ouro, bauxita, até o raríssimo tálio, hoje explorado comercialmente em apenas dois pontos do mundo (China e Casaquistão), entre outros 30 minerais, fazem da Bahia o local mais procurado do País pelas mineradoras. Os investimentos já assegurados em novas minas para os próximos três anos chegam a R\$ 10 bilhões, mas podem alcançar o dobro, com a conclusão de estudos de viabilidade que estão sendo realizados.

Nos últimos quatro anos (2007-2010), o número de requerimentos de área para pesquisa mineral no Estado, feitos ao Departamento Nacional de **Produção** Mineral (DNPM), chegaram a 14,5 mil, desbancando Minas Gerais, com 13,2 mil. No mesmo período, a **produção** mineral comercializada pela Bahia dobrou, passando de R\$ 850 milhões para R\$ 1,7 bilhão por ano.

"É o melhor momento da história da mineração do Estado", diz o diretor técnico da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), Rafael Avena Neto, há 36 anos na estatal. "Temos o maior potencial em termos de novas minas no País."

Uma conjunção favorável de fatores levou a Bahia ao forte **desenvolvimento** da atividade de mineração. A alta dos preços das commodities, impulsionada pela demanda da China, fizeram com que reservas conhecidas, mas antes desprezadas por conter concentrações menores de minérios, voltassem a ser comercialmente atrativas.

O esforço do Estado para mapear geologicamente seu solo também contribui. "Temos praticamente toda a Bahia já mapeada, por meio de estudos aerogeofísicos", afirma o secretário estadual de Indústria, **Comércio** e Mineração, James Correia. A CBPM gasta R\$ 6 milhões por ano para estudar potenciais reservas minerais.

Os investimentos previstos fazem a Bahia, que ocupa a quinta colocação no ranking da **produção** mineral do País,

almejar o terceiro lugar, atrás de Minas Gerais e do Pará. "Temos a ideia de chegar a essa posição em, no máximo, dez anos", diz Correia. "No cenário nacional, a grande novidade na mineração é a Bahia."

Investimentos. A Bahia Mineração (Bamin), responsável pelo maior investimento individual já confirmado no Estado (US\$ 2,3 bilhões nos próximos três anos), prepara-se para extrair minério de ferro da região conhecida como Pedra de Ferro, do município de Caetité, a 757 quilômetros de Salvador.

O potencial da área já é conhecido há anos, mas o reduzido teor de minério não justificava o investimento. A região ficou esquecida até que o geólogo baiano João Carlos Cavalcanti fez novos estudos na área em 2004. Com uma cotação do minério mais atrativa, suas análises chamaram a atenção das empresas.

Em 2008, a mina foi assumida pela Eurasian Natural Resources Corporation (ENRC), empresa com sede em Londres e origem no Cazaquistão, controladora da Bamin. As primeiras análises apontaram um potencial produtivo de 398 milhões de toneladas de minério de ferro, mas já há indícios de que pode ser 50% maior. A estimativa inicial do Projeto Pedra de Ferro é produzir 19,5 milhões de toneladas de minério de ferro por ano.

As obras civis da mina, porém, ainda não começaram. Segundo o vice-presidente executivo da Bamin, Clóvis Torres, só serão iniciadas depois que começar a construção do controverso Porto Sul, nos arredores de Ilhéus. "A garantia de escoamento da **produção** é fundamental", diz. A previsão é que o início das operações ocorra em 2014.

Se o maior investimento em mineração no Estado ainda está na fase de projeto, o segundo maior, de US\$ 800 milhões, feito pela Mirabela Mineração do Brasil, subsidiária do grupo australiano Mirabela Nickel, já está em funcionamento.

A empresa opera, desde 2009, em Itagibá, a 370 quilômetros da capital, a Mina Santa Rita, a segunda maior de níquel a céu aberto do mundo. A Mirabela anunciou recentemente que as reservas são maiores do que as

estimadas, devendo chegar a 159 milhões de toneladas (570 mil toneladas de níquel contido).

A descoberta aumentou a vida útil da mina em quatro anos, de 19 para 23. Toda a **produção** até 2014 já está vendida, metade para o **mercado** nacional (Votorantim Metais), metade para a finlandesa Norilsk Nickel.

Por processo semelhante de arrendamento, a canadense Yamana Gold vai explorar sua primeira mina de ouro a céu aberto no Estado, no município de Santa Luz, no

centro-norte baiano. A empresa já opera duas minas em Jacobina e Barrocas, na mesma região.

A construção da mina, que tem previsão de **produção** de 100 mil onças anuais de ouro, começou em 2009 e a exploração deve ser iniciada no ano que vem. O investimento é estimado em US\$ 70 milhões.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO DESAFIOS DA AGENDA ECONÔMICA INTERNACIONAL		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Marcelo de Paiva Abreu - O Estado de S.Paulo

Qual é a atual agenda econômica internacional do Brasil? E em que medida se ajusta aos "interesses nacionais", isto é, a interesses que não sejam estritamente associados a determinados grupos econômicos ou classes sociais? No jargão dos economistas, que não reflitam meros "interesses especiais". É claro que sempre existirão interesses especiais beneficiados quando se trata de defender interesses nacionais. Mas o que deve ser encarado criticamente é o triste espetáculo de defesa de "interesses especiais" por representantes das "classes produtoras" enrolados na bandeira nacional e invocando "interesses nacionais".

Seria salutar que o chororô cambial fosse pelo menos acompanhado da denúncia de suas causas principais: um governo que insiste em gastar muito e mal.

Não é simples separar a agenda econômica da agenda política. Alguns objetivos de natureza política são justificados, ao menos parcialmente, por suas implicações sobre o poder de barganha do Brasil em foros estritamente econômico-financeiros. Esse é o caso do velho anseio brasileiro por um lugar no Conselho de Segurança (CS) da ONU. No passado recente, a ênfase nesse objetivo foi certamente excessiva, configurando "postulação" do Brasil que, caso rejeitada, poderia levar facilmente à perda de face.

Especialmente quando é altamente improvável que os cinco atuais membros permanentes do CS estejam dispostos a compartilhar o seu poder de veto com novos membros. O objetivo do Brasil quanto ao assunto deveria ser envidar esforços para tornar improvável que, no caso de expansão do Conselho de Segurança em termos aceitáveis - algo a definir -, o Brasil seja preterido. Mas a principal justificativa para a prioridade do tema é o fortalecimento da posição negociadora brasileira na Organização Mundial do Comércio (OMC) e no eixo G-20/FMI, pois, em matérias estritamente relacionadas ao tema segurança, o interesse brasileiro é secundário.

No terreno comercial, os interesses brasileiros continuam focados na redução do protecionismo nas negociações da Rodada Doha, a despeito do notável desinteresse dos EUA e

da União Europeia e de diversas declarações contritas do G-20. Esse tem sido, de longe, o tema em que a diplomacia brasileira se tem revelado persistentemente mais coerente. A importância do Brasil na OMC é muito maior do que seria justificado pelo peso do Brasil no comércio mundial. Isso é fruto de muitas décadas de envolvimento sério da diplomacia comercial brasileira no assunto, só ocasionalmente marcado por posturas de baixa credibilidade, como foi o caso em meados da década de 1980.

No quadro regional, o governo deverá avaliar se há condições políticas para ou um avanço significativo na consolidação do Mercosul ou um recuo para uma zona de livre comércio, que devolverá preciosos graus de liberdade à formulação da política comercial brasileira, independentemente da Argentina. A situação atual do Brasil é similar à do asno de Buridan, que, faminto e sedento, equidistante do balde d'água e do monte de feno, acabou morrendo de fome e de sede. O custo de estar obrigado a negociar uma tarifa externa comum compatível com as restrições argentinas está ficando proibitivo.

No terreno financeiro, a estratégia cautelosa seria a gradual construção de good will no G-20/FMI, tomando como exemplo o que foi possível fazer em Genebra. A dificuldade aí é que, para isso, seria preciso que de forma persistente e crível as autoridades econômicas demonstrassem efetivo compromisso com políticas macroeconômicas responsáveis. Não há espaço para a construção de credibilidade num ambiente onde predomina a macroeconomia de fundo de quintal. Aquela que não crê, por exemplo, que investimento pressiona preços ou que não há relação entre política de juros e nível de inflação. Nessa área há muito dever de casa interno a fazer.

Finalmente, seria altamente recomendável a redução da notória propensão da diplomacia brasileira recente a considerar "estratégicas" relações com países cuja pauta prioritária pouco tem que ver com os efetivos interesses estratégicos brasileiros. Talvez a França seja o melhor exemplo de "parceiro estratégico" mal escolhido. A cooperação militar bilateral, em amplitude ainda a ser definida, não parece ser compensação suficiente para as notórias diferenças de posições quanto a diversos temas da agenda econômica, especialmente os agrícolas. Mesmo os

Brics, com a possível exceção da África do Sul, têm interesses estratégicos bem diferentes dos do Brasil. A parceria estratégica com a China, em particular, que despertou tantas ilusões no passado, se tem revelado de digestão bastante difícil, com a consolidação da posição do Brasil, de um lado, como supridor de matérias-primas à China e, de outro, crescentemente deslocado como **exportador** de manufaturas pela China tanto em terceiros **mercados** quanto no **mercado** brasileiro.

A escolha de parceiros estratégicos que não sejam de mera conveniência passageira deveria ser alicerçada

pela análise de quais são os interesses estratégicos do Brasil. E essa não parece ser a vantagem comparativa do atual governo.

DOUTOR EM ECONOMIA PELA UNIVERSIDADE DE CAMBRIDGE, É PROFESSOR TITULAR NO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA PUC-RIO

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA
	TÍTULO MERCADO ABERTO	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Superavit comercial cresce 58,5%

O superavit comercial brasileiro cresceu 58,5%, no acumulado do ano, até o dia 9, e atingiu US\$ 10,3 bilhões.

No ano passado, o saldo comercial nessa mesma data foi de US\$ 6,5 bilhões.

O superavit resulta de exportações acumuladas de US\$ 100 bilhões.

Apesar do aumento no número de importações, o Brasil mantém um registro de 30% nas vendas externas, enquanto as importações avançam 28%, em média.

A meta de exportação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior é atingir US\$ 245 bilhões (cerca de R\$ 386 bilhões) até dezembro de 2011.

Entre as razões para o avanço do superavit estão a manutenção da alta das commodities e, de outro lado, a queda de preços de produtos que o país importa, em razão do arrefecimento da economia nos países desenvolvidos. Sem contar a redução da demanda por importados por conta do freio na economia.

JUROS PARA FACULDADES

A Ideal Invest e o banco Itaú Unibanco fecharam parceria para o setor de crédito universitário. A empresa, gestora do programa Pravalor, espera absorver as faculdades clientes do banco.

"Atuaremos em mais sete Estados", diz o presidente da empresa, Oliver Mizne.

Desde o início do ano, os alunos não pagam juros sobre as mensalidades de algumas faculdades. Os juros, segundo Mizne, são pagos pelas próprias entidades.

O índice de inadimplência é de 3% e os alunos pagam, em média, juros de 5% ao ano, incluindo aqueles que ingressaram em 2011.

Os estudantes pagam metade do valor da faculdade durante o curso, com desembolso médio de R\$ 400 por mês. O restante é pago após a formatura, em período de mesma

duração do curso. "Com o financiamento, os alunos fazem cursos melhores e mais caros."

No Fies (Financiamento Estudantil do governo), os juros são de 7,5% ao ano para alunos que não fazem pedagogia ou cursos de tecnologia, e o tempo para pagamento é mais extenso.

OS MILIONÁRIOS

O Brasil tem quase 5.000 milionários com patrimônio superior a US\$ 30 milhões, segundo levantamento da consultoria e empresa de pesquisas Wealth-X.

Esse número coloca o Brasil no topo do ranking dos ultramilionários da América Latina, com 31% de participação na região.

A consultoria estima que 15.125 latino-americanos possuem riqueza de ao menos US\$ 30 milhões.

Somadas, as fortunas desses ultramilionários da América Latina atingem aproximadamente US\$ 2,3 trilhões.

O México está em segundo lugar do ranking, com 19%, seguido pela Argentina (7%).

As informações para o cálculo do patrimônio incluem imóveis, ações de empresas, coleções de arte, aviões, dinheiro em banco, entre outros ativos.

ESCRITÓRIOS LOCADOS

A taxa de vacância dos escritórios em São Paulo é a mais baixa do continente americano, de acordo com estudo da consultoria Jones Lang LaSalle.

O índice da capital paulista foi o único que ficou abaixo de 7% no primeiro trimestre deste ano.

Com poucas unidades disponíveis na cidade, o preço dos aluguéis aumentou quase 30% no mesmo período.

A inauguração de novos empreendimentos nos próximos meses deve desacelerar o crescimento dos aluguéis, segundo a consultoria.

A média de vacância nas oito cidades do continente americano analisadas na pesquisa ficou em 17,5% nos três primeiros meses de 2011.

Na Europa e no Pacífico-Asiático, a taxa de vacância é menor, de 10,3% e 10,9%, respectivamente.

CHURRASCO PRÉ-CRISE

Após um ano sem abrir restaurantes, a rede de churrascarias Fogo de Chão retoma os planos de expansão.

A empresa vai inaugurar até o final deste mês a sua primeira unidade no Rio de Janeiro e, até março de 2012, mais duas no território norte-americano.

A unidade carioca, que recebeu investimentos de R\$ 12 milhões, ficará sob o Mourisco Mar, um complexo de esportes aquáticos do clube Botafogo.

"Restauramos o prédio, sem modificar o projeto original, datado de 1962", diz Arri Coser, sócio-fundador da

rede, que tem como sócia a GP Investimentos, com 35% de participação.

Os restaurantes nos EUA serão em Las Vegas e em Orlando, com inaugurações previstas para novembro próximo e março do ano que vem, respectivamente.

Essas unidades receberam investimentos de US\$ 10 milhões (cerca de R\$ 16 milhões). "Com a recuperação econômica do país, voltamos aos números de 2007, pré-crise", diz Coser.

Com as inaugurações previstas, a rede passará a ter sete restaurantes no **Brasil** e 18 nos Estados Unidos.

com JOANA CUNHA, ALESSANDRA KIANEK, VITOR SION e LUCIANA DYNIEWICZ

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO É CEDO PARA CHEGAR A CONCLUSÕES SOBRE A SAÚDE DA ECONOMIA		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

ÉRICA FRAGA

DE SÃO PAULO

Ainda prevalece a previsão de expansão para a economia global em 2011. Isso deveria causar certo alívio, considerando que houve quem apostasse em nova recessão neste ano, incluindo nomes notáveis.

Mas boa parte do mundo desenvolvido ainda exhibe vulnerabilidade parecida à do equilibrista na corda bamba. Soma-se a isso uma recente onda de desaceleração entre emergentes. E pior: surgem temores de uma freada brusca da economia chinesa.

Acontece que ainda é junho. Dados são divulgados com defasagem. E houve muito ruído nos últimos meses por conta de imprevistos (de tsunami a revoluções). Falta um desfecho para a crise fiscal na Europa.

Tudo isso faz com que ainda seja cedo para se chegar a qualquer conclusão sobre a saúde da economia global.

A aposta mais segura ainda parece ser a de que há uma recuperação lenta em curso nas economias desenvolvidas e uma necessária freada nas emergentes.

Esses caminhos continuarão sendo, quase certamente, cheios de sobressaltos.

Dados recentes do mercado de trabalho nos EUA retratam isso muito bem. A criação de 232 mil postos de trabalho em abril causou euforia. Em maio, decepção: 54 mil novos empregos gerados.

Uma conclusão que ainda parece relativamente segura é a de que os anos de crescimento robusto-registrados mais ou menos entre 2000 e 2007- serão, por um bom tempo, caso encerrado.

Consumidores americanos e europeus parecem ter percebido que viviam acima de suas possibilidades, no topo de uma montanha de dívidas. Em países emergentes, autoridades têm adotado medidas para tentar evitar que a experiência de "superalavancagem" se repita.

Talvez essas lições contribuam para um novo ciclo de crescimento mais equilibrado. Também há o risco de que outra bolha - a dos investimentos imobiliários na China - estoure, gerando nova crise sem precedentes.

Mas, por enquanto, poucos ousam apostar alto contra o gigante asiático.



VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
TÍTULO EUFORIA ECONÔMICA NA AMÉRICA LATINA PARECE LONGE DO FIM		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

LUCAS FERRAZ

DE BUENOS AIRES

A euforia com a economia na América Latina parece longe de terminar, com o cenário de alta no valor das matérias-primas que os países vendem para a China. Mesmo inflação e taxa de desemprego não aparentam pôr em risco o bom momento.

A única situação que poderia comprometer a economia da América Latina é uma crise no sistema financeiro, mas nem Wall Street está preocupada com isso.

O Instituto Internacional de Finanças estima que os países emergentes vão receber neste ano US\$ 1 trilhão em capitais. O valor é 20% superior ao visto em 2010.

"Os países da América do Sul são clientes da China, e os riscos são menores", diz Roberto Lavagna, ex-ministro da Economia argentino.

"Até se os EUA aumentarem a taxa de juros os países da região ganham, pois muitos, como **Brasil** e Chile, estão com as moedas locais fortes", afirma o economista chileno Raul Ferro, do Centro para Abertura e **Desenvolvimento** da América Latina.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO NA CHINA, DIFICULDADE DO GOVERNO É DESAQUECIMENTO DA ECONOMIA		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

FABIANO MAISONNAVE

DE PEQUIM

Com o combate à inflação no topo da lista de prioridades, a China tenta desaquecer a economia para descer ao menos um degrau do patamar de crescimento anual de 10% ao longo das últimas décadas, ritmo visto como insustentável por analistas e pelo governo a médio prazo.

O chamado "pouso suave" não é fácil. As importações de maio cresceram 28,4% em comparação com o mesmo mês do ano anterior. É um índice superior ao de abril (21,8%) e às previsões de mercado (22%, no caso da agência Dow Jones).

Mesmo em índices que tiveram baixa, como o de produção industrial, a desaceleração foi abaixo do esperado.

Um desafio é esfriar o investimento do setor público e reequilibrar a participação do consumo doméstico, que caiu de 50% do PIB, nos anos 80, para 33,8% em 2010.

O enorme esforço chinês foi responsável pela criação da invejável infraestrutura do país. Mas o desequilíbrio entre investimento e consumo tem causado aumento da capacidade ociosa do setor industrial (grande parte estatal), além de elevar o endividamento de governos locais.

"A economia não poderá ser esfriada sem a implantação de um método efetivo de controlar o investimento", afirma Xu Hongcai, do Centro Chinês para Intercâmbios Econômicos Internacionais.

Um melhor equilíbrio do crescimento chinês é um dos objetivos do novo Plano Quinquenal (2011-5), que prevê estímulos ao consumo e um crescimento mais baixo, em torno de 7% anuais.

"A transição é uma tarefa de longo prazo. O esfriamento da economia é uma tendência", diz Li Zhibin, analista do Citibank na China.

Não será neste ano: o PIB deve crescer em torno de 9,5%, contra 10,3% em 2010.

O desempenho da China tem imensa repercussão em países que, como o Brasil, têm na China o seu principal cliente. Os números de maio mostram que a demanda pelos principais produtos brasileiros para a China continua alta: o volume de minério de ferro importado cresceu 2,7%, em comparação com o mesmo mês de 2010.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA
	TÍTULO Emergente Indonésia necessita de reparos	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Por AUBREY BELFORD

JACARTA - Há alguns anos considerada retardatário na região, a Indonésia cresceu 6,1% no último ano e se tornou a preferida dos mercados. Quanto mais cresce a atenção no país, maior também o número de observações sobre os defeitos que podem restringir o crescimento futuro.

A Indonésia, com população de 240 milhões, sofre com corrupção, ineficiência, e o mais importante, para os economistas, sua infraestrutura é ainda precária.

"Sem evolução na infraestrutura, não considero que crescimento acima de 5% seja sustentável", disse Muhammad Chatib Basri, economista da Universidade da Indonésia. O investimento estrangeiro cresceu 52% em 2010, chegando aos US\$ 16,2 bilhões. A agência de risco Standard&Poor's aumentou a nota de sua dívida para BB+ em abril, somente uma classificação abaixo do chamado grau de investimento.

O aumento da nota das agências de risco é considerado reflexo da política fiscal do presidente Susilo Bambang Yudhoyono. Espera-se fortemente que o país consiga o grau de investimento no próximo ano, o que o colocaria ao lado de emergentes de peso, como China, Índia e Brasil.

O Banco Central da Indonésia prevê que a economia cresça 6,5% neste ano, baseada na forte demanda do mercado consumidor doméstico e na explosão observada nas exportações de commodities. Mas Basri disse que isso não é o suficiente. Para a Indonésia se desenvolver, é preciso atrair o investimento para indústrias que exijam mão de obra intensiva no lugar de focar na exportação de commodities, como óleo de palmeira e carvão, atividades que criam poucos empregos.

Portos e aeroportos estão antiquados e ineficientes, enquanto apagões de eletricidade são frequentes, causando problemas para as casas e os negócios. Essas panes em Jacarta resultam em prejuízo para a economia de US\$ 1,5 bilhão por ano. Planos para melhorar a infraestrutura não dão certo, muito por causa da dificuldade de adquirir terrenos. Mas essa situação deve mudar, pelo menos é o que se espera, já que uma tão aguardada lei sobre aquisições de terrenos tornará mais fácil desapropriar para instalar projetos de

infraestrutura. A expectativa é que a Casa dos Representantes aprove tal legislação ainda neste ano.

O presidente do Escritório de Coordenação dos Investimentos, Gita Wirjawan, disse que a mudança, ao lado dos esforços contra outro castigo para o povo indonésio, a corrupção, significa que as regras estarão, em breve, muito mais claras para o aumento do investimento em infraestrutura e indústria.


"Nós não somos como a China", disse. "Não tomamos decisões como a China". A Indonésia é "uma democracia, uma democracia jovem que tenta entender como colocar as diferentes peças do quebra-cabeça juntas".

Wirjawan apontou para o último investimento para voltar à sua análise de que o capital estrangeiro está apostando em outros setores que não sejam o primário: US\$ 13,2 bilhões dos US\$ 16,2 bilhões de investimento estrangeiro foram direcionados para indústrias de transporte, alimentação e manufaturados.

A Indonésia, ele disse, está em um "momento doce" demograficamente, com cerca de 60% da população com 39 anos ou menos, oportunidade que se manterá pelos próximos 15 anos. Para Fauzi Ihsan, economista do banco Standard Chartered, a Indonésia continua sendo um destino atrativo, apesar das evidentes deficiências.

"Mesmo que o desenvolvimento da infraestrutura esteja lento, os outros dois pilares da economia -consumo doméstico e exportação de commodities- estão bem", disse. Para alguns, o momento está ótimo. Taufik, motorista do táxi motocicleta, também chamado de ojek, disse que sua remuneração depende de cidadãos frustrados com o transporte que querem economizar tempo no trânsito.

"O congestionamento é ótimo, pois aumenta nosso número de clientes", disse Taufik, que, como muitos indonésios, usa somente um nome. E, em relação ao projeto de monotrilho planejado para algum tempo no futuro, ele ri, sem acreditar na possibilidade. "É provável que nunca saia do papel".

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO META DE INFLAÇÃO MENOR JÁ PARA 2013 DIVIDE ECONOMISTAS		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Angela Bittencourt | De São Paulo

O dinheiro no Brasil custa três vezes mais caro do que no mundo. O abismo que separa o juro nominal nativo da média de 40 países sempre foi grande e segue aumentando. O último tranco foi dado na semana passada, quando o Comitê de Política Monetária (Copom) elevou a Selic a 12,25%. E o colegiado do Banco Central (BC) indicou que o ajuste continua. A Selic avançou 1,50 ponto percentual desde a virada de 2010 para 2011. Isso significa três vezes mais que a média do juro básico dos demais países que ronda 3,50% já contaminada pelo aperto monetário progressivo que vem ocorrendo em algumas partes do mundo, onde a atividade econômica ainda apática não aborta pressões inflacionárias decorrentes, sobretudo, da escalada de preços de commodities.

Os ajustes dos juros nominais, atropelados por abundante oferta de dinheiro e em descompasso com inflação global mais salgada, são insuficientes, porém, para evitar que o juro real médio mundial abandone o território negativo - em contraponto gritante ao robusto juro real brasileiro, mostra pesquisa de Jason Vieira, economista da Cruzeiro do Sul Corretora.

É fato que o Brasil vem reduzindo a taxa de juro no tempo. Mas declínio a patamar mais próximo ao padrão internacional não depende apenas das ações cotidianas de política monetária. "Esse movimento depende também da coerência entre as políticas macroeconômicas, com o auxílio da política fiscal e da contenção do crédito público. É a coadunação dessas ações que garante uma inflação menor, condição necessária para prosseguir com o alinhamento entre as taxas de juros brasileiras e as praticadas em vários outros países", pondera Monica Baumgarten de Bolle, diretora da Casa das Garças e sócia da Galanto Consultoria.

A exemplo do juro, a inflação brasileira - projetada em cerca de 6% para este ano - também é salgada para padrões internacionais. A sua redução é considerada fundamental para a prática de juros menores que levam à maior previsibilidade de cenários. Buscar inflação menor implica em perseguir meta de inflação menor que 4,5% que, em 2012, terá reprise pelo oitavo ano consecutivo.

Os economistas, porém, divergem quanto à possibilidade do governo brasileiro mirar um alvo menor, o que poderia ocorrer no final deste mês quando o Conselho Monetário Nacional (CMN) deverá confirmar a meta de inflação de 2012 e definir a meta de 2013. "Politicamente, uma redução da meta seria importante para renovar o compromisso do governo com a estabilidade. Tecnicamente, a redução, ainda que discreta, aumentaria a confiança dos mercados na ação do BC que já assumiu o compromisso com a convergência da inflação para 4,5% em 2012", avalia uma fonte do governo que prefere manter anonimato e lembra que inflação menor ajuda a desindexar a economia. "Inflação alta faz com que a indexação se perpetue. Os prazos dos contratos diminuem e as renovações realimentam a inflação", afirma a fonte.

Ricardo Carneiro, diretor do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica da Unicamp, considera que para ter meta de inflação menor, o Brasil tem que ter outras "características estruturais e institucionais" da economia. "Caso contrário, teremos conflito entre inflação e crescimento", afirma.

Carneiro pondera que economias como a brasileira, com determinadas características estruturais, deve ter meta mais alta ou prazo de convergência muito mais dilatado do que o visto nas economias centrais onde prevalecem metas entre 2% e 2,5%. O professor cita duas características do país que atuam como freio para meta de inflação menor: a estrutura das exportações do país e a indexação.

"Nossa exportação, ancorada em commodities, é muito exposta a choques, e commodities são bens cuja trajetória de preços é muito volátil. Toda vez que ocorre um choque em preços de alimentos ou minérios, a inflação brasileira sofre impacto. Outro problema é que nossa economia é muito indexada. Como vem ocorrendo nos últimos cinco ou seis anos, os choques de preços se manifestam no Índice de Preços no Atacado (IPA), utilizado como base do indexador de vários preços administrados e que afeta preços que não se referem a bens transacionáveis no exterior. Como uma economia assim pode trabalhar com meta menor?", questiona Carneiro.

O professor da Unicamp comenta que a estrutura de **exportação** do país pode ser alterada com o tempo. E lembra que a indexação poderia e deveria mudar, inclusive nos ativos financeiros praticamente atrelados à Selic, por decisão regulatória. "Se esse tipo de mudança ocorresse e também se conseguisse mitigar a indexação cambial informal, a meta de inflação poderia ser menor sem exigir juros maiores, e sem sacrificar as taxas de crescimento."

Ilan Goldfajn, economista-chefe do Itaú Unibanco, e Marcelo Kfoury, economista-chefe do Citibank, reconhecem em minucioso trabalho sobre metas de inflação que os países em **desenvolvimento** tendem a ter uma inflação mais alta e também lembram que no processo de convergência da sua produtividade em direção ao padrão dos desenvolvidos, os preços de bens não comercializáveis nos países em **desenvolvimento** tendem a ficar mais caros, elevando a inflação. Enquanto economias maduras têm meta próxima de 2%, as em **desenvolvimento** mantêm cerca de 3% - nível que o **Brasil** tem condições de adotar na sua avaliação.

Em "Metas para o regime de metas: completando a transição", Goldfajn e Kfoury consideram que 3% pode ser meta do **Brasil** no longo prazo, o que viabilizaria a redução dos juros nominais a algo entre 6% e 7% e juros reais

próximos de 3% - patamar que os economistas avaliam como coerente com uma economia

plenamente estabilizada e com equilíbrio macroeconômico. Esses valores seriam semelhantes aos de outros países com grau de **desenvolvimento** similar ao do **Brasil** e levariam a taxa Selic a convergir para a taxa de juros de longo prazo (TJLP) de 6% ao ano até o final deste mês. "A economia brasileira poderia conviver com apenas uma taxa de juros que regularia as operações de **mercado** aberto e empréstimos do **BNDES**. Os juros fixados pelo BC poderiam afetar todo o montante de crédito da economia, aumentando a potência da política monetária."

A dupla de economistas pondera que tão **importante** quanto definir a meta de longo prazo (3%) é propor um processo de convergência em direção à ela em quedas contínuas ao longo do tempo. Para 2013, Goldfajn e Kfoury propõem meta de 4%, sendo mantida até 2015, seguida de redução a 3,5%, entre 2016 e 2019 e, finalmente, para 3%, a partir de 2020.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO BRASILEIRO GASTA 51% MAIS NO EXTERIOR		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

De Genebra

Os gastos de turistas brasileiros no exterior foram as que cresceram mais rapidamente no mundo em 2010, segundo a Organização Mundial de Turismo (OMT). A alta foi de 51,8% em 2010, aumentando de US\$ 10,8 bilhões em 2009, para US\$ 16,4 bilhões no ano passado, segundo dados do Banco Central do Brasil.

O Brasil multiplicou por quase três vezes as despesas com turismo no exterior em cinco anos. Com isso, o país pulou da 29ª para a 18ª posição no ranking de gastos no turismo internacional, superando de longe o México, Indonésia, África do Sul, Malásia e outros emergentes. O déficit da balança de turismo passa dos US\$ 10 bilhões.

Nas ruas de Paris e Londres, o número de brasileiros com sacolas de grifes é cada vez maior. No metrô, português é ouvido com frequência. E pelos preços praticados hoje na Europa, os brasileiros devem continuar batendo recorde de viagens e de gastos.

Com a queda do euro e do dólar, viagens para Europa e Estados Unidos são mais atrativas - até em comparação a praias do Nordeste. A Grécia e a Espanha são no momento as destinações mais fortes na Europa. A economia grega está em plena crise e os turistas se beneficiam de abatimentos entre 30% a 50%.

"Nossas ofertas para a Europa estão entre 5% e 15% mais baratas em média do que no ano passado, por causa da fraqueza do euro", diz um agente de viagem em Genebra. Uma semana nas Ilhas Canárias, com voo a partir de Genebra, custará menos de US\$ 700. No Chipre, Ilhas de Kos (Grécia) e Bodrum (Turquia), as ofertas variam de US\$ 450 a US\$ 650 por semana.

Um voo Paris-Ibiza (bela praia espanhola) em agosto pela companhia de baixo-custo EasyJet pode custar não mais de € 40, todas as taxas incluídas, se comprado agora. Entre Madri e Roma, a passagem custa € 28 em alguns horários de agosto, só ida. Com esse dinheiro, não dá para se viajar de ônibus de Fortaleza a Teresina.

Apesar da desaceleração econômica global, a Organização Mundial de Turismo (OMT) mostra-se otimista e projeta aumento de 5% no turismo internacional este ano. Uma das esperanças é a China, país que se tornou o terceiro grande gastador internacional.

Os chineses estão seguindo os japoneses e querem cada vez mais se casar nas montanhas suíças. Os hotéis suíços levantam as mãos para o céu em agradecimento, já que os turistas europeus evitam o país por causa da valorização do franco, que ganhou 15,7% em relação ao euro no ano passado e mais 2% este ano, numa situação familiar à brasileira.

As despesas dos turistas chineses no exterior alcançaram US\$ 55 bilhões em 2010, só atrás dos US\$ 78 bilhões da Alemanha e dos US\$ 75 bilhões dos Estados Unidos.

Ao mesmo tempo, a China passou a Espanha e agora é a terceira principal destinação de turistas no mundo, só atrás da França e dos EUA. E fica em quarto em receita captada de turistas, com US\$ 48,5 bilhões, superada apenas por Itália, França e EUA.

Em 2010, as receitas do turismo internacional são estimadas em US\$ 919 bilhões - em 2009 somaram US\$ 851 bilhões. Em valor real, a alta foi de 5%.

Em janeiro e fevereiro, os primeiros resultados são melhores do que previstos na Europa e na América do Sul. (AM)

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO OBAMA PRETENDE CRIAR BANCO SEMELHANTE AO <u>BNDES</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Alex Ribeiro | De Washington

Sem dinheiro para custear o seu programa bilionário de infraestrutura, o governo Barack Obama aposta as suas fichas na criação de uma espécie de BNDES americano para financiar projetos de transporte, energia e saneamento. Algumas estimativas indicam que o Banco Nacional de Infraestrutura, como está sendo chamada a futura instituição financeira, poderá alavancar até US\$ 500 bilhões em investimentos, incluindo as contrapartidas do setor privado.

Há grandes chances de o projeto ser aprovado pelo Congresso ainda nesse ano, depois que o padrinho político da iniciativa, o senador democrata John Kerry, fez algumas concessões à oposição republicana para dar uma feição mais de livre mercado à nova instituição financeira.

O banco é a resposta possível à falta de recursos orçamentários para renovar uma infraestrutura que, para boa parte dos americanos, está se tornando obsoleta. Em alguns subúrbios de Washington, por exemplo, são comuns apagões que duram vários dias no verão, quando os aparelhos de ar-condicionado aumentam o consumo de eletricidade. Os Estados Unidos ainda estão muito bem quando comparados com economias emergentes, como Brasil e China, mas pontuam mal nas comparações entre países desenvolvidos. Uma pesquisa do Gallup coloca os Estados Unidos na 17ª posição entre os 32 países ricos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) no quesito satisfação com as rodovias.

Os americanos investem cerca de 2% do seu Produto Interno Bruto (PIB) em infraestrutura, 50% menos do que nos anos 1960, segundo números citados num relatório da Casa Branca sobre o tema. Na China, os investimentos são de 8% e, na Europa, chegam a percentuais como 5% em alguns países. "O Brasil está investindo US\$ 240 bilhões em infraestrutura", disse Kerry na semana passada, durante um debate sobre a criação do banco de investimento organizado pela New American Foundation, um centro de estudos de Washington. "Vivemos na infraestrutura criada com os investimentos de nossos país e avós."

Para alguns, a falta de infraestrutura acentuou a tendência de desindustrialização do país. "Nos séculos 19 e 20, os investimentos em canais e ferrovias permitiram à nossa economia crescer particularmente no setor industrial", disse no mesmo evento a deputada democrata Rosa DeLauro. "Precisamos investir em infraestrutura para voltar a ser uma nação que fabrica coisas em vez de importar."

Em fins do ano passado, Obama divulgou um ambicioso plano de infraestrutura que, somente num primeiro momento, iria envolver investimentos estimados em US\$ 50 bilhões. Nesse ano, ele anunciou um projeto para aplicar US\$ 53 bilhões em projetos de trens de alta velocidade. Os Estados Unidos têm apenas uma linha férrea de alta velocidade, ligando Nova York a Washington, mas os trens andam a menos de 150 quilômetros por hora por falta de infraestrutura adequada, como pontes e túneis.

Os projetos de Obama, porém, foram podados pelos republicanos, que venceram as eleições legislativas do ano passado com um discurso de austeridade fiscal. O déficit dos Estados Unidos é de cerca de 10% do PIB, em virtude da queda da arrecadação provocada pela atual crise financeira e pelas medidas de socorro à economia patrocinadas pelo governo.

O próprio presidente Obama havia levantado a ideia de criar um banco para financiar infraestrutura, com uma capitalização de US\$ 30 bilhões e verbas para investimentos a fundo perdido. Pela última versão do projeto em negociação no Congresso, porém, o capital do banco foi reduzido a US\$ 10 bilhões e sua atuação irá se restringir a financiamentos. A administração será totalmente separada do governo. Tudo para evitar que, segundo as palavras de republicanos, se repita a experiência da Fannie Mae e do Freddie Mac, duas instituições estatais de financiamento que quebraram no estouro da bolha imobiliária americana.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO LACERDA ARTICULA PARA MANTER PT NA CHAPA COM TROCA DE VICE		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

César Felício | De Belo Horizonte

Confiante de que terá o apoio do PSDB, o prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda (PSB), tenta reeditar a aliança com o PT nas eleições municipais. Em suas últimas conversas, Lacerda praticamente afastou um receio que incentivava os petistas a ter candidato próprio nas eleições do próximo ano: o de ser candidato a governador em 2014, em uma articulação com o senador Aécio Neves (MG), o mais provável candidato do PSDB à Presidência. Em troca, haveria um veto da presença do vice-prefeito Roberto Carvalho (PT) como companheiro de chapa.

Lacerda foi eleito em 2008 com o apoio do então prefeito Fernando **PIM**entel (PT), hoje ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio**. **PIM**entel bancou a aliança em meio a uma grande resistência da ala esquerda do partido e do então ministro do **Desenvolvimento** Social Patrus Ananias. A desunião da sigla foi um dos motivos que levaram à sua derrota quando foi candidato ao Senado em 2010. O prefeito de Belo Horizonte tem garantido que jamais disputará o governo estadual contra **PIM**entel, que dificilmente deixará de ser o candidato petista caso se apresente para a disputa.

O PSB, comandado nacionalmente pelo governador de Pernambuco, Eduardo Campos, é um aliado do PT e da presidente Dilma Rousseff, mas deve ser alvo de uma ofensiva de Aécio caso o mineiro efetivamente seja o candidato tucano. Desde o ano passado Aécio prega a aproximação tucana com o PSB e o PDT.

Ex-secretário estadual de Aécio, Lacerda é ligado dentro do PSB à ala dos irmãos Cid e Ciro Gomes, o primeiro governador do Ceará e o segundo candidato presidencial em 1998 e 2002.

Carvalho e Lacerda se distanciaram desde que o petista, presidente do diretório municipal da sigla, começou a posicionar-se como candidato em 2014. O vice-prefeito é um aliado de **PIM**entel que tenta ampliar a sua base dentro do partido aproximando-se da ala esquerda, integrada entre outros pelo líder da bancada na Assembleia Legislativa, Rogério Correa. Há sinais da direção nacional petista de que

Carvalho pode ser trocado, mas a aliança entre os dois partidos só será mantida se o PT permanecer na chapa.

A liberação de obras viárias para a Copa de 2014, como corredores de ônibus e a reurbanização da região turística da Savassi, são o trunfo do prefeito na disputa municipal. Contrabalançam percalços que a administração municipal encontrou, como os problemas para a construção em regime de PPP do Hospital do Barreiro, um populoso bairro na periferia da cidade. O cronograma das obras atrasou e dificilmente a prefeitura poderá inaugurar a unidade antes das eleições municipais. Este é o principal investimento da prefeitura na área da saúde.

No PSDB, a preferência era pela mudança na composição da chapa de Lacerda por duas razões: excluir o PT da chapa seria estratégico para a campanha presidencial de Aécio e a reeleição de Lacerda poderia fazer com que o prefeito se tornasse uma das opções ao governo para 2014, lançando-se uma ponte ao PSB. O atual governador, Antonio Anastasia, um sólido aliado de Aécio, não pode se reeleger, porque já

concorreu ao cargo no ano passado. Os aliados mais próximos de Lacerda acham, contudo, que o PSDB não tem opções viáveis: seus candidatos próprios, como o deputado Rodrigo de Castro, só decolariam com uma ampla exposição de Aécio durante a campanha, o que seria um risco.

Entre os prováveis adversários de Lacerda, estão o PV, onde a candidatura é disputada pelo deputado estadual Délio Malheiros e o ex-deputado federal José Fernando Aparecido, e o PPS, da deputada estadual Luzia Ferreira. São partidos satélites do sistema aecista em Minas. Os adversários mais temidos estão no campo situacionista federal: o PMDB, dividido entre os deputados federal Leonardo Quintão e estadual Sávio Souza Cruz, e o PCdoB, da deputada federal Jô Moraes. Quintão e Jô disputaram contra Lacerda em 2008 e ficaram em segundo e terceiro lugar.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO GEORGE VIDOR		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Dois alvos na mira

A inflação de 2011 evidentemente preocupa, pois deve ficar próxima do teto (6,5%) da meta oficial, e qualquer descuido pode comprometer o esforço necessário para que os índices de preços recuem no ano que vem. Dessa forma, as decisões do Banco Central estão mirando simultaneamente dois alvos, sendo que o de 2012 talvez seja o mais difícil de ser atingido.

O próximo ano começará com um reajuste do salário mínimo da ordem de 14%, correspondente ao crescimento real do PIB em 2010 e mais a inflação deste ano. O impacto de tal reajuste sobre o custo dos serviços não deve ser subestimado e vira em um momento em que outros aumentos (anuidades escolares, impostos, combustíveis, tarifas de transporte público) costumam pesar no cálculo da inflação.

2012 será ano de eleições municipais, o que levará prefeituras a acelerarem obras no primeiro semestre.

Investimentos federais e estaduais possivelmente serão turbinados até por conta do cronograma da Copa do Mundo. Então é bem provável que a economia brasileira cresça no ano que vem mais que em 2011.

Se a inflação não for domesticada no decorrer deste ano, as autoridades monetárias terão ainda mais dificuldade para controlá-la em 2012. Por isso, é preciso ter alguma paciência em relação à recente decisão do Copom. Infelizmente teremos de conviver com juros tão elevados por mais tempo.

Ao duplicar sua produção ao longo desta década (podendo chegar a 6 milhões de barris de óleo equivalente por dia), a Petrobras certamente será uma das três maiores companhias petrolíferas do mundo. No Brasil, continuará líder com larga vantagem em relação ao segundo colocado. Mas é exatamente por essa segunda posição no **mercado** brasileiro que se travará uma acirrada disputa. Atualmente a Shell é a vice-campeã, mas duas outras já despontam na pista: a americana Chevron e a norueguesa Statoil. A OGX, de Eike Batista, promete dar uma forte arrancada a partir do quarto trimestre de 2011, começando com 20 mil barris diários, passando para 50 mil em 2012, 165 mil em 2013 e um salto

para 730 mil em 2014! Se cumprir essa trajetória, dificilmente outra empresa terá condições de alcançar a OGX no segundo lugar.

Mesmo parceiros da Petrobras no pré-sal, como BG, Galp e Repsol, não conseguiram produzir tanto nesta década (a OGX, em previsão considerada otimista pelo **mercado**, espera produzir 1.380 mil barris de óleo equivalente por dia em 2019). Há outras companhias correndo por fora, como é o caso da BP/Devon, que já produz cerca de 30 mil barris diários no Brasil, da Queiroz Galvão, assim como a Novata HRT, que está perfurando os primeiros poços terrestres, na Bacia do Solimões.

Seja como for, por volta de 2020 o **Brasil** será o terceiro maior produtor mundial de óleo e gás, atrás apenas da Arábia Saudita e da Rússia. Assim, o país ultrapassará tradicionais produtores, como Estados Unidos, Iraque, Noruega e Venezuela.

A disputa será também acirrada na **exportação**. Na mais conservadora das projeções (considerando-se um forte aumento do consumo no **mercado** interno), o **Brasil** exportará mais de dois milhões de barris de óleo equivalente em 2020, superando o Iraque, por exemplo.

Há novidades em relação ao futuro complexo industrial do Açu: o governo do Estado do Rio está prestes a bater o martelo com uma montadora de automóveis; correram bem as audiências públicas referentes ao licenciamento ambiental da siderúrgica italo-argentina Ternus Techint e estão prontos para entrar no canteiro de obras os tratores e escavadeiras que abrirão um braço de mar que será margeado por um extenso cais (parte dele para atender inicialmente ao estaleiro OSX). Uma draga complementará posteriormente esse serviço, com abertura do canal para circulação dos navios. Eike Batista espera atrair para o Açu outras empresas em condições de fornecer equipamentos para o pré-sal.

Ainda a propósito, em agosto chega à Bacia de Campos o OSX-1, o primeiro navio plataforma (FPSO) do grupo, que ficará interligado aos poços perfurados na formação Waimea.

A Secretaria da Pesca, com status de ministério, e vista como prêmio de consolidação, mas não deveria ser.

O Brasil produz cerca de 1,5 milhao e teria condições de chegar a cinco milhoes de toneladas de pescado por ano. Todo esse potencial esta na criação de peixes, camarões, ostras, vieiras etc, e nao na captura. A criacao em agua doce depende do sucesso de um programa que esta em andamento, que destina para a piscicultura 5% das areas ocupadas por reservatorios de hidreletricas. As fazendas marinhas (inclusive em alto mar) poderiam tambem se multiplicar. Angra dos Reis, de onde veio o novo ministro da Pesca, e uma regioao adequada para essas fazendas. Mas poucos se aventuram a investir, pois, iniciada a produçao, o primeiro a bater a porta e um fiscal de ICMS que arbitra a cobranca do imposto, pela dificuldade de se mensurar a real produçao.

Ja a Secretaria de Articulacao Politica serve efetivamente para alguma coisa ou e mais uma redundancia na enorme estrutura de governo?

Falando ainda como presidente da Fenacap (a federacao que reúne as empresas de capitalizacao), na conferencia nacional de seguros, Ricardo Flores fez um breve comentario sobre a importancia da sinergia entre diversos investimentos no Brasil.

Flores e agora presidente da Previ, fundo de pensao dos funcionarios do Banco do Brasil, acionista de grandes empresas brasileiras, entre as quais a Vale. Sinergia significa, complementaridade, entendimento entre diferentes empresas. Tratando-se de companhias como a Vale, Neoenergia etc, pode ser uma nova orientacao.